



UNIVERSIDADE DO VALE DO TAQUARI
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA EM RELAÇÃO À GUERRA
NA UCRÂNIA**

Amanda Eduarda Wahlbrink

Lajeado/RS, março de 2024.



Amanda Eduarda Wahlbrink

A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA EM RELAÇÃO À GUERRA NA UCRÂNIA (2022 - 2024)

Monografia apresentada no componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso II, do Curso de Relações Internacionais, da Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES, como parte da exigência para a obtenção do título de Bacharela em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Mateus Dalmáz

Lajeado/RS, dezembro de 2024.

Amanda Eduarda Wahlbrink

A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA EM RELAÇÃO À GUERRA NA UCRÂNIA (2022 - 2024)

A Banca examinadora abaixo aprova a Monografia apresentada no componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso II, do Curso de Relações Internacionais, da Universidade do Vale do Taquari - Univates, como parte da exigência para a obtenção do título de Bacharela em Relações Internacionais:

Prof. Dr. Mateus Dalmaz - Orientador
Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES

Prof. Dr. Sandro Frohlich
Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES

Prof. Dr. Matheus Felten Frohlich
Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES

Lajeado/RS, 16 de dezembro de 2024.

AGRADECIMENTOS

O desenvolvimento deste trabalho e a conclusão da academia, não seria possível sem uma rede de apoio dentre as quais merecem meu agradecimento especial:

Iniciarei meus agradecimentos por Deus, que possibilitou que eu chegasse até aqui e passasse por todos os obstáculos ao longo desta caminhada.

Em seguida, quero agradecer à minha família que me incentivou e compreendeu a minha ausência em diversos momentos enquanto eu me dedicava à realização deste trabalho.

Ao William, por todas as vezes em que eu precisei independentemente do quê, você esteve lá. Obrigada!

À minha tia, Arovane, pelos almoços de domingo e por sempre perguntar sobre como está o TCC e a faculdade, mas me lembrar de que é preciso viver *outside* também. À minha irmã, Tarcila, por ser “a minha pessoa”.

Aos meus pais que, mesmo não tendo ideia do que é Relações Internacionais, adoram contar para as pessoas que eu estudo para “ser diplomata, trabalhar para o governo, essas coisas”.

Gostaria de agradecer, também, a um ente especial, o meu avô, que não se encontra mais entre nós, mas sempre torceu pelo meu sucesso e acreditou em mim. Isso também é por ele!

Aos meus amigos, que estiveram ao meu lado e demonstraram apoio ao longo de todo o período acadêmico.

À Universidade do Vale do Taquari, essencial no meu processo de formação e pelo apoio nesta pesquisa e aos meus professores, por todos os ensinamentos, conselhos, ajuda e paciência, vocês me fizeram uma pessoa melhor, uma aluna melhor, e uma profissional melhor. Em especial, ao prof. Dr. Edmilson Milan, pelas aulas brilhantes e ao prof. Dr. Mateus Dalmáz por ter sido meu orientador e por ter desempenhado papel importante como coordenador durante toda a trajetória acadêmica, prestando dedicação e amizade a todos os alunos do curso de Relações Internacionais da Univates.

Aos meus colegas de curso, com quem convivi intensamente durante os últimos anos, por compartilharem comigo tantos momentos de descobertas e aprendizado e por todo o companheirismo ao longo deste percurso. Em especial, a Marina, Pedro, Basso, Henrique e Victor por terem feito da Vivência Internacional a melhor viagem que alguém poderia ter.

Não poderia deixar de agradecer a meus pets Nala e Vicky. Obrigada por todas as risadas e conforto que trouxeram ao meu coração neste longo período construindo esta pesquisa.

Por fim, o maior agradecimento se deve a mim mesma. Obrigada por passar noites em claro, por trabalhar arduamente todos os dias, por ter fé e esperança em uma vida melhor. Obrigada por virar a página, cuidar-se e procurar apoio, por, de toda forma, empenhar-se na construção deste TCC e no desabrochar para a vida.

*"On ne voit bien qu'avec le cœur. L'essentiel est invisible
pour les yeux".*

(Le Petit Prince - Antoine Saint- Exupéry)

RESUMO

A presente monografia está fundamentada na Teoria Construtivista das Relações Internacionais de Alexander Wendt e tem como objetivo central examinar a política externa do governo Lula 3.0 em relação ao conflito russo-ucraniano, por meio da análise dos contextos históricos, políticos e sociais dos países envolvidos e das suas inter-relações. A pesquisa também aborda a retomada do protagonismo histórico do Brasil em temas relevantes da diplomacia internacional. O país adota uma posição de neutralidade no conflito, buscando consolidar-se como mediador nas negociações de um futuro cessar-fogo e promover a paz no Leste Europeu. Paralelamente, o Brasil condena tanto o prolongamento do conflito pelas potências ocidentais, que visa ao aniquilamento militar da Rússia, quanto a invasão da Ucrânia, em respeito à soberania estatal.

Palavras Chave: Guerra na Ucrânia; Rússia, Crimeia; Ucrânia; OTAN; política externa; Brasil; Governo Lula;

ABSTRACT

This monograph is grounded in Alexander Wendt's Constructivist Theory of International Relations and aims to examine the foreign policy of the Lula 3.0 administration in relation to the Russo-Ukrainian conflict by analyzing the historical, political, and social contexts of the countries involved and their interrelations. The research also explores Brazil's renewed historical role in significant issues within international diplomacy. Brazil has maintained a position of neutrality in the conflict, seeking to establish itself as a mediator in future ceasefire negotiations and to promote peace in Eastern Europe. At the same time, Brazil condemns both the prolongation of the conflict by Western powers, which seeks to weaken Russia militarily, and the invasion of Ukraine, in respect of state sovereignty.

Keywords: Ukraine War; Russia; Crimea; Ukraine; NATO; foreign policy; Brazil; Lula government

SUMÁRIO

Capítulo 1. Introdução.....	07
Capítulo 2. Referencial teórico e metodológico.....	09
Capítulo 3. A Guerra na Ucrânia.....	15
Capítulo 4. O Brasil e a Guerra na Ucrânia.....	25
Capítulo 5. Conclusão.....	33
Capítulo 6. Referências.....	35

Capítulo 1. Introdução

A política externa dos atores internacionais tem sido objeto de análise constante diante das complexidades do cenário global contemporâneo. A Guerra na Ucrânia, retomada em fevereiro de 2022, é um dos eventos geopolíticos mais significativos das últimas décadas, cujas implicações estão nas mais diversas áreas: sociais, econômicas, políticas e geopolíticas e, também, na segurança internacional. O conflito, que envolve diretamente Rússia e Ucrânia e indiretamente outros atores chave para o enredo global como a Europa e Estados Unidos, tem gerado desafios complexos para a política externa dos países, inclusive do Brasil.

O Brasil historicamente adota uma política de neutralidade e busca ser um ator mediador nas questões de conflitos regionais e globais, promovendo o diálogo e a cooperação. Isso ocorre também devido ao desejo de alcançar a cadeira de membro permanente no Conselho de Segurança da ONU. Desde o início da invasão russo-ucraniana, a diplomacia brasileira tem sido alvo de críticas tanto internas quanto externas por adotar essa linha. O desafio para os internacionalistas se dá pela complexidade das relações internacionais somadas à pressão das potências globais para posições mais definidas. Outro fator importante para este posicionamento é o país ser membro do BRICS.

Com a emergência destas crises internacionais, o Brasil se encontra diante de desafios diplomáticos que testam sua capacidade de articular posicionamentos coerentes e eficazes. A situação russo-ucraniana não apenas apresenta um conflito armado em solo europeu, mas também evidencia tensões geopolíticas entre potências regionais e globais, com forte propensão a desencadear novos conflitos e com uma possível alteração do *status quo* do sistema internacional.

Este estudo visa contribuir para a literatura sobre política externa brasileira, procurando esclarecer qual é a real política externa adotada pelo Brasil em relação à Guerra na Ucrânia de 2022 a 2024, analisando como ele se comporta perante os demais conflitos internacionais, quais as consequências dessas decisões diplomáticas e os motivos para essas posições. Para além, busca compreender e contextualizar as relações históricas do conflito atual na Ucrânia, também em relação a conflitos anteriores, como a questão da Crimeia, explorando as continuidades, rupturas e impacto desses eventos na sua configuração momentânea.

Analisa as principais características do conflito na Ucrânia, incluindo sua origem, evolução, atores envolvidos, fatores internos e externos que contribuíram para a escalada e o impacto regional e global. Outrossim, analisa o posicionamento do Brasil em relação ao conflito na Ucrânia, explora, também, os interesses nacionais, valores diplomáticos e ações concretas adotadas pelo país, incluindo sua participação em organizações internacionais e seus esforços diplomáticos para promover a paz e a estabilidade na região. Além disso, investiga a política externa do governo Lula, destacando seus princípios, estratégias e abordagens em relação aos conflitos internacionais e especificamente examina como essa política se

manifestou diante da Guerra na Ucrânia, considerando os contextos diplomáticos, econômicos e geopolíticos envolvidos.

Esta pesquisa conta com referencial teórico Construtivista de Alexander Wendt, com colaboração de autores como João Pontes Nogueira e Nizar Messari que trazem uma visão didática dos conceitos de Wendt. Além das autoras Fernanda Gonçalves e Letícia Pinheiro com a conceituação de Política Externa. As referências metodológicas são embasadas em Beatriz Chemin com contribuições de autores como Helen Casarin e Samuel Casarin. Este trabalho é uma análise qualitativa exploratória com procedimentos técnicos de caráter documental e bibliográfico. Por fim, quanto à estrutura da monografia, ela é dividida em seis capítulos, sendo eles: o primeiro, introdução; o segundo, referencial teórico e metodológico; o terceiro, a Guerra na Ucrânia; o quarto, a política externa brasileira; o quinto, a conclusão; o sexto e último, referências bibliográficas.

Capítulo 2. Referencial teórico e metodológico

Este capítulo visa determinar as referências teóricas e os procedimentos metodológicos que fundamentam o desenvolvimento da presente pesquisa. O capítulo foi subdividido em três partes: a primeira, traz Alexander Wendt com a Teoria Construtivista, os seus conceitos e ideias, além das autoras Fernanda Gonçalves e Letícia Pinheiro com a conceituação de Política Externa; a segunda seção, conta com os procedimentos metodológicos nos quais fica definido o tipo de abordagem, o objetivo da pesquisa e os procedimentos e, por fim, as considerações finais.

2.1 Referencial teórico

O tema Guerra na Ucrânia tem despertado interesse crescente na comunidade acadêmica, devido à sua importância para as Relações Internacionais e para o contexto global atual. Desde o início, o ataque russo ao território ucraniano foi alvo da mídia em todos os países, principalmente, via internet em que as informações são veiculadas em tempo real, o que demonstra uma possível fragilidade do *status quo* do cenário externo e levanta questionamentos sobre algumas instituições internacionais como a ONU, as quais não têm conseguido evitar conflitos regionais. Para abordar a questão, as literaturas e autores tidos como construtivistas foram analisados, visando a uma abordagem mais completa de todos os aspectos envolvidos nesse conflito.

Segundo Nogueira e Messari (2005), em seu livro “Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates”, o construtivismo tem algumas premissas básicas, dentre elas encontram-se algumas em unanimidade a todos os autores: a primeira diz que “vivemos em um mundo que construímos no qual somos os principais protagonistas e que é produto das nossas escolhas”. Os autores embasam essa premissa em Kratochwill e Risse-Kappen e definem como centrais e comuns a todos, a ideia de que “o mundo não é pré-determinado, mas sim construído à medida em que os atores agem, ou seja, o mundo é uma construção social”.

Na segunda premissa, é abordada a co-constituição do agente-estrutura, negando qualquer antecedência ontológica: nenhum precede nem no tempo nem na capacidade de influência sobre o outro. Os autores trazem um exemplo didático para explicar o ponto acima: “não se pode falar em sociedade sem falar em indivíduos que a compõem, nem falar de indivíduos (no plural em mais de um indivíduo) sem falar em sociedade que eles constituem”. Outra ideia comum aos construtivistas é que consideram as causas materiais além dos ideais e valores na relação do agente com o mundo, esse conceito desempenha um papel fundamental no entendimento e conhecimento sobre esse mundo.

No contexto do conflito russo-ucraniano, essa relação é evidente, uma vez que a identidade e os interesses de ambos atores foram moldados por suas interações históricas e políticas, de mesmo modo que são influenciados por

estruturas maiores como a Organização do Tratado do Atlântico Norte - OTAN e União Europeia - UE. A Rússia, ao agir com base em uma identidade centrada em interesses de segurança e na manutenção de sua influência regional, exerce pressão sobre essas instituições (ou estruturas) internacionais. As reações dessas instituições, por sua vez, revelam os limites da ação coletiva e a co-dependência entre as ações dos agentes e as normas estabelecidas. Esse conflito reflete como a agência dos Estados desafia, mas também reforça as estruturas do sistema internacional, dessa forma evidencia a interdependência dinâmica que molda as relações internacionais sob a perspectiva construtivista.

Em, “Teoria das Relações Internacionais”, escrito por Thales Castro (2012), o autor traz algumas explicações que vêm ao encontro de Nogueira e Messari: todos trazem Alexander Wendt como o mais expressivo teórico do construtivismo, mas, para embasar e defender a importância do mundo material, Castro (2012, p.389) traz a ideia de Fred Chernoff:

A estrutura de todo e qualquer sistema social – o cenário internacional é uma forma ampliada de sistema social complexo – é composto de três fatores preponderantes: condições materiais, interesses e ideias. Cada um desses fatores interage de maneira a construir (e co-construir) o tecido complexo da política internacional.

Para Castro, Wendt é um ator estadocentrista, ou seja, defende a importância insubstituível do Estado, em suas palavras: “O Estado é o prumo, o meio e o fim das ações internacionais”. Além disso, o escritor afirma que, para o teórico, “ (...) o mundo lá fora passa por etapas de construção social com bases em valores e ideais”. Sobretudo, ainda afirma que o mundo físico e humano é organizado por convenções concretas e abstratas, ao passo que regras, ideias e valores que fomentam o mundo são oriundos dos seres humanos e das instituições, que, por sua vez, articulam-se densas, constantes e mutuamente.

No mesmo contexto, Nogueira e Messari identificam que, para o autor, apesar de o mundo ser de Estados, isso não significa que sejam os únicos agentes das relações internacionais. Ou seja, pode-se atribuir qualidades reais a eles, como se fossem vivos, também é defendido o conceito de agência como central dos fenômenos sociais, por esse motivo são a centralidade das relações exteriores.

Wendt entende que é necessário definir etapas para chegar a uma posição de política externa em qualquer Estado: a primeira, está relacionada à identidade do povo, esta influencia diretamente na segunda etapa que é a definição de seus interesses, para que seja possível definir um interesse nacional. Nogueira e Messari citam: “a partir do momento em que as identidades não são previamente determinadas, os interesses também não podem ser pré-determinados”, eles também afirmam que o conceito de identidade é uma contribuição da teoria construtivista, que precisa ser flexível para permitir que as identidades se transformem no decorrer dos processos e necessidades da política internacional.

Em seu livro *Social Theory of International Politics* (1999), Wendt traz grandes e relevantes pontos para o contexto acadêmico, oferece, também, uma perspectiva distinta sobre a anarquia e sobre relações internacionais. O primeiro é o próprio conceito de anarquia, diferente dos realistas que veem a anarquia como uma condição inescapável que leva à competição de poder, o autor argumenta que ela é o que os Estados fazem dela. Com isso, ele assegura que não é a anarquia que determina o comportamento de um ou dos Estados, ela é uma estrutura que adquire significado através de interações sociais, logo pode ser revertida tanto em lógica de conflito quanto em cooperação.

Ainda, nesse viés, a cultura de anarquia pode ser compreendida em três categorias: Hobbesiana, Lockeana e Kantiana. O autor argumenta na obra que a anarquia não tem caráter fixo, e não só pode, como precisa evoluir conforme mudam as práticas e interações entre os Estados.

Quanto à sua aplicabilidade, pode-se observar que a primeira, chamada de Hobbesiana, é baseada na cultura de inimizade e busca pela sobrevivência como centro de preocupação. No caso da Ucrânia, a postura da Rússia pode ser vista parcialmente por essa ótica, já que, ao anexar territórios e adotar uma política agressiva, age conforme uma percepção de ameaças externas e de que é necessário garantir sua segurança por meio de medidas diretas e de confronto.

A segunda categoria, a Lockeana, pode ser analisada pela oposição entre a OTAN e a Rússia, a qual se manifesta principalmente por meios indiretos, como os discursos às sanções econômicas e apoio humanitário, estratégico e bélico à Ucrânia. Essas ações refletem a rivalidade e a competição trazidas por essa perspectiva, contudo ainda mantêm e respeitam os limites fundamentais como soberania estatal e evitam confrontos militares diretos. Apesar das tensões, os discursos e ações refletem uma adesão a normas que evitem uma escalada que poderia comprometer a segurança global.

Por fim, a Kantiana, que é idealizada na cooperação e senso de comunidade e segurança coletiva, ainda que de forma limitada, pode ser observada nas tentativas internacionais de mediação e no apoio diplomático e econômico à Ucrânia. A união da comunidade internacional em torno de sanções econômicas contra a Rússia, bem como o apoio da OTAN e da União Europeia, indica um esforço por segurança coletiva e cooperação contra a agressão percebida.

Outrossim, Wendt analisa e discorre sobre os conceitos de Estrutura, Agência e Cultura, e a interseção entre elas. A Estrutura, segundo o autor, é vista como um sistema de relações entre os atores internacionais (Estados, organizações, entidades e outros), argumenta, ainda, que ela não é externa aos atores, mas construída e moldada pelas interações, o que significa que a estrutura não é fixa ou pré-determinada, mas dinâmica e sujeita a mudanças. Já, sobre o conceito de Agência, conforme Wendt, trata-se da capacidade de tomar decisões e influenciar os demais no sistema internacional, enfatizando a liberdade e a autonomia para seguir os interesses e preferências individuais, mesmo considerando as restrições da

estrutura. O autor é contra a ideia de que os atores são produtos da estrutura, manifestando o conceito de que são figuras centrais na modulação e transformação desta. Quanto à Cultura, o autor a considera um papel fundamental na determinação das normas, crenças e valores que geram a identidade de cada agente, o que vai orientar o comportamento no sistema internacional. Percepções como segurança, identidade e interesses estratégicos são diferentemente conduzidas pelos Estados, o que é essencial para a modulação da estrutura. Por fim, Wendt conclui que a cultura é tanto produto quanto produtor das interações globais, argumenta que a relação entre estrutura, agência e cultura é complexa e interdependente, e que os indivíduos agem dentro de uma estrutura social e culturalmente construída, mas também têm o poder de transformar essa estrutura por meio de suas ações.

2.1.1 Política Externa

Para além da escola teórica utilizada nesta análise, é de suma importância definir o que é política externa (PE) e análise da política externa (APE). Para isso, as autoras Fernanda Gonçalves e Letícia Pinheiro (2020) definiram, em seu livro, "Análise de política externa: o que estudar e por quê?", que primeiramente a APE é uma subárea de interesse das Relações Internacionais, Ciências Políticas e também das Ciências Sociais. Esta, por sua vez, busca demonstrar "como distintos processos decisórios importam nas definições de tendências e ações específicas praticadas sob o rótulo de política externa" e o impacto no sistema internacional.

Em paralelo a Wendt e Risse-Kappen, as autoras também entendem que a política externa vista de perto é fruto de um ambiente complexo que une o doméstico e o internacional para ser formulada e conduzida. Os principais fatores descritos para tal formulação são: observância das possibilidades e restrições do período político atual, as condições econômicas, a estrutura política doméstica dos Estados, as coalizões de interesses dos atores domésticos e internacionais e as percepções e as preferências dos agentes envolvidos.

Por isso, podemos afirmar que a APE tem por característica fundamental o compromisso com explicações multicausais, com múltiplos níveis de análise, sendo assim, um estudo que investiga os processos decisórios, os seus decisores e os processos e condições que afetam a APE. Ao ser abordada sob uma perspectiva construtivista, destaca-se que as decisões da Rússia e da Ucrânia no conflito são moldadas não apenas por fatores domésticos, mas também por construções identitárias e percepções sociais. Nesse viés, o Construtivismo enfatiza que essas identidades e interesses nacionais são resultado de interações contínuas, tanto internas quanto externas, e refletem diretamente nas escolhas políticas dos Estados, evidenciando a interdependência entre o doméstico e o internacional.

2.2 Metodologia:

Com os referenciais teóricos definidos, seguem-se os referenciais metodológicos. Esses abrangem o modo de abordagem, o objetivo da pesquisa e seus procedimentos técnicos. Inicialmente é importante definir o que é pesquisa: para Gil (1999), a pesquisa científica pode ser definida como “procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”.

O presente trabalho adotou a abordagem qualitativa, pois a complexidade e a natureza recente do conflito na Ucrânia tornam uma análise puramente quantitativa limitada. De acordo com Chemin (2023) que se utiliza de Malhotra (2012): “pesquisa qualitativa tem como objetivo alcançar uma compreensão qualitativa das razões, das motivações do contexto do problema”. Para a autora, esse método percebe as informações “de modo mais geral e (de forma) inter-relacionada com fatores diversos, dando preferência a contextos, fenômenos, tópicos, conceitos”.

Além de Beatriz Chemin, os autores Casarin (2012) definem essa metodologia como “predominantemente descritiva, deixando em segundo plano modelos matemáticos e estatísticos”. Em seu livro, “Pesquisa Científica : Da teoria à prática”, Helen e Samuel argumentam que “os objetivos de uma pesquisa qualitativa envolvem a descrição de certo fenômeno, caracterizando sua ocorrência e relacionando-o com outros fatores”. Ainda seguem explicando que existe uma preocupação importante relacionada a esse tipo de pesquisa, que são as associações entre variáveis que, por sua vez, fazem a construção e contribuição da explicação do que é estudado.

Quanto ao objetivo geral, esta pesquisa foi exploratória tendo em vista o tema pouco estudado até o presente momento. Ainda, conforme Gil (1996), “as pesquisas exploratórias são realizadas, em geral, por meio de revisões de literatura”, os autores Casarin afirmam que esse tipo de análise “proporciona um conhecimento sobre determinado problema ou fenômeno [...] sobre um assunto já conhecido, visto sob nova perspectiva e que servirá como base para pesquisas posteriores”.

Por fim, os procedimentos técnicos foram de caráter documental e bibliográfico. Para Chemin (2023), “este tipo de pesquisa perpassa todos os momentos do trabalho acadêmico e é utilizado em todas as pesquisas”, sendo as principais fontes de coletas de dados: artigos científicos, publicações periódicas, materiais encontrados em meios eletrônicos e digitais, e demais livros e documentos de publicações diversas. A autora utiliza de Gil (2006, p. 45) para argumentar sobre a importância deste material para o desenvolvimento: “a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”.

2.3 Considerações Finais

No presente capítulo, foram descritos os referenciais teóricos e metodológicos utilizados na construção desta monografia, partindo de uma abordagem Construtivista das Relações Internacionais. A literatura examinada, composta por, principalmente, Alexander Wendt, possibilitou compreender que os eventos internacionais não são apenas fruto de estruturas materiais, mas de construções sociais que envolvem a identificação dos Estados e a forma pela qual eles interagem no sistema internacional. A escola, ainda, destaca a flexibilidade das identidades e interesses dos atores através do tempo, mostrando-se crucial para abordar o cenário dinâmico da guerra na Ucrânia.

No campo da Política Externa, as análises de Gonçalves e Pinheiro (2020) reforçam que as decisões externas dos atores globais estão interligadas ao contexto doméstico e internacional no qual estão inseridos. E a abordagem multicausal da APE trouxe uma compreensão ampla dos fatores que influenciam as escolhas dos atores, destacando a complexidade das relações internacionais contemporâneas e suas estruturas.

Por fim, metodologicamente, a adoção da pesquisa qualitativa exploratória permitiu aprofundamento nos fenômenos relacionados à política externa, sem limitar-se a explicações ou modelos estatísticos delas. Ademais, a análise bibliográfica documental possibilitou uma visão abrangente essencial para a compreensão do tema relativamente recente e com tantas implicações globais.

No capítulo seguinte, foi abordado o período histórico, as nuances da história dos beligerantes e como chegaram ao conflito atual que perdura há mais de dois anos, sem previsão de um cessar fogo.

Capítulo 3. A Guerra na Ucrânia

O conflito entre Rússia e Ucrânia não se inicia em 2022, mas remonta a 2014 com a Guerra da Crimeia. Este capítulo visa trazer esse e outros detalhes do conflito. O capítulo foi dividido em cinco seções que fornecem um aspecto mais abrangente para compreender o contexto atual. Foram abordados aspectos históricos dos principais atores, além do detalhamento de acontecimentos de 2014 e a análise da guerra atual.

3.1 História da Rússia pós-soviética

Oficialmente, o fim da União Soviética ocorreu em 1991, mas teve seu desmantelamento a partir da queda do Muro de Berlim, que ocorreu em 1989, conforme aponta Pomeranz (2010 p.2). Foi a partir desse evento que os países iniciaram seus processos de independência e desligamento, não diferentemente, a Rússia. Ao mesmo passo, surge Boris Yeltsin, no Congresso dos Deputados do Povo da Rússia com o apoio popular. Segundo a Folha de São Paulo, ele era conhecido por sua oposição ao sistema lento de Gorbachev, essa popularidade lhe rendeu o cargo de presidente em 1990 pelo congresso e, em 1991, pelo voto popular.

De acordo com o jornal supracitado, em sua matéria sobre os 10 anos da renúncia¹ de Yeltsin, ele esteve no poder por nove anos e enfrentou diversas crises econômicas e políticas². Paralelamente, o UOL Educação Biografias (2015) conta que sua ascensão buscou por uma reforma política para instaurar a economia de mercado, mas enfrentou forças reacionárias que quase provocaram sua queda. Após a aprovação da nova constituição, em 1993, conseguiu reforçar seu poder através das reformas políticas estabelecidas por meio dessa constituição, mas não obteve sucesso no setor econômico. A Carta Magna foi responsável por alterações significativas como a alteração do sistema parlamentarista para a entrada do regime semipresidencialista.

Em questões de política interna, conseguiu reformas que ficaram marcadas pela violência: o período é lembrado também pela inflação e pela corrupção. Na política externa, obteve apoio através da Comunidade dos Estados Independentes (CEI), bloco político e econômico cujo objetivo era viabilizar uma área de livre comércio e circulação, mantendo principalmente a influência hegemônica russa nas demais regiões. Outro ponto crucial deste governo foi durante a tentativa separatista da Chechênia em 1990, conflito que deixou um saldo de cerca de 80 mil mortes, e o acordo de paz só foi assinado em 1996, conforme constatado pela BBC Brasil (1999), em seu especial publicado sobre o conflito.

¹ Texto online publicado em 31 dez. 2009 redigido pelo Folha Online e SILVA, Marcos.

² Crise da Chechênia (1994 - 1996), as tropas russas foram enviadas 3 anos após a declaração de independência.

A década 90 foi marcada por crises que contribuíram para um ambiente de insegurança e insatisfação entre a população. As reformas econômicas, ainda que fundamentais, resultaram em altos índices de inflação, desemprego e pobreza, enquanto a corrupção se infiltrava nas instituições governamentais. A falta de estabilidade econômica acabou por minar a popularidade de Yeltsin, gerando uma sensação de desilusão com o modelo proposto pelo ocidente. Foi nesse contexto de insatisfação que Putin emergiu, prometendo restaurar a ordem, a força e a estabilidade, ideais que encontraram uma população sobrecarregada de anos de instabilidade.

Ainda, nesse viés, Boris Yeltsin é figura central para ascensão de Vladimir Putin, o ex-oficial da KGB foi escolhido para a sucessão. Conhecido pela alta cúpula, iniciou seu treinamento em 1997, trabalho ofertado na época pelo chefe de gabinete Yumashev. Dois anos depois, foi nomeado como primeiro-ministro e, após quatro meses, o mundo foi surpreendido pela renúncia de Yeltsin. A BBC Moscou cita Yumashev em uma entrevista concedida em 2019, "Foi um choque para todos os presentes. Exceto para mim, que havia escrito o discurso. As pessoas começaram a chorar. Foi um momento sensível".

Ainda, na entrevista, o cientista político Valery Solovei explica que Yeltsin acreditava ter a missão de levar a Rússia para fora da servidão comunista, já, para Putin, a missão é contrária, reaver o passado, usando as palavras "vingar - o que ele chama de - a maior catástrofe geopolítica do século XX: a queda da URSS". O jornalista questiona o assessor e genro de Boris Yeltsin, sobre se ele se arrepende de ter concedido o primeiro emprego de Putin no governo ainda em 1997, a resposta foi que não, apesar dos posicionamentos, ele acredita que o povo russo ainda acredita e confia nele.

3.2 História da Ucrânia Independente

Com o colapso da URSS em 1991, diversos países articularam sua independência e a Ucrânia declarou-se independente no mesmo ano. Esse processo foi marcado por manifestações populares: em janeiro de 1990, houve a primeira, a qual contou com uma corrente humana de 300 mil pessoas, segundo o jornalista Luís Ribeiro. Em 1991, houve um referendo popular quando, inclusive regiões consideradas separatistas, como Lugansk, Donetsk e Crimeia votaram a favor da independência: cerca de 83% da população dessas regiões e 92% da população total confirmaram, em urna, sua preferência, conforme o jornalista William Filho, pelo O Globo.

Na matéria de Filho, ele descreve que também houve a votação para presidente, sendo que Leonid Kravchuk foi eleito, cuja principal prioridade foi a construção do Estado. O país logo articulou suas forças armadas e sua infraestrutura, além disso, a cidadania foi estendida para além do assemelhamento linguístico e étnico. O apoio internacional e o reconhecimento do novo ator global foram fundamentais para o estabelecimento dos serviços de diplomacia e criou-se

uma política externa pró-ocidente, os pronunciamentos contavam a Ucrânia como um país europeu, dessa forma foi estabelecida uma proximidade ainda maior com o ocidente.

Segundo a Enciclopédia Britânica, foram estabelecidos itens como hino nacional e símbolos nacionais, para viabilizar uma aproximação cultural e reconhecimento de identidade nacional. Ao mesmo passo, levantaram-se questões como participação na CEI, o desarmamento nuclear após o desastre ocorrido em Chernobyl, a região da Crimeia e a cidade de Sebastopol. Em 1994, Leonid Kuchma entra no poder e utiliza uma política mais cordial para com Moscou, mas manteve as políticas e o legado do antecessor, permanecendo com aspirações pró-ocidente, Kuchma se juntou ao Programa para a Paz da OTAN, conforme publicação oficial da organização, e também ao Conselho da Europa. Economicamente, a Ucrânia não era bem estabelecida e forte, seu desempenho dependia da influência externa que, por vezes, era afetada negativamente pela Rússia. A guinada veio apenas na virada do século, apesar das ameaças à estabilidade política, o ministro Viktor Yushchenko conseguiu realizar reformas econômicas e virou líder de oposição.

Em novembro de 2004, com as novas eleições em que Yushchenko (concorrendo por plataforma anticorrupção) e Yanukovich (apoiado por Putin) levam o país à beira de uma guerra civil. A votação foi considerada fraudulenta e foi anulada após as manifestações conhecidas como Revolução Laranja convocadas por Yushchenko, a cor se deu pela vestimenta dos manifestantes, identificação do partido do candidato, como aponta a Revista CEBRI. As novas eleições o consagraram presidente e ele foi empossado em janeiro de 2005.

Yanukovich consegue o cargo de presidente em 2010, e o sentimento separatista volta à sociedade ucraniana, segundo o historiador Orlando Figes, no mesmo ano, Ucrânia concorda com o arrendamento do porto de Sebastopol pela Rússia até 2042 e, em troca, barganhou a redução dos preços dos combustíveis russos, produto de extrema importância para a Europa. Além dessas mudanças, o então presidente encerrou oficialmente a meta de entrar na OTAN, conforme aponta o Deutsche Welle, essa mudança de visão ocorreu, em virtude de que seu principal aliado se opunha a essa medida e, somado a isso, oponentes foram condenados à prisão por abuso de poder.

Em 2013, na tentativa de retomar as relações com a União Europeia, foi estabelecido o perdão de um dos presos políticos. Essa retomada foi interrompida quando um acordo que visava à integração política e econômica foi sabotado por pressão de Moscou. Esse acontecimento culmina com manifestos em Kiev na Praça da Independência. A revolta ficou conhecida como Maidan, os manifestantes pediram a renúncia imediata de Yanukovich. O período foi marcado por violência e leis sancionadas restringindo direito à liberdade de manifestação e à reunião.

É possível perceber que a Ucrânia busca pelo alinhamento com o Ocidente desde sua independência, contudo sofre a influência da alternância de governos ora ocidentalistas, ora pró-russos. Esses movimentos despertaram resistência no leste

ucraniano, como em Donbass, criando um cenário fértil para a ascensão de grupos separatistas, em que a população de origem russa e apegada ao passado soviético se sentiu marginalizada.

Além disso, a mudança de governo após Yushchenko, a chegada de Yanukovych foi um ponto crucial na política do país. Foi o momento em que a polarização e os protestos surgiram, e essa transição preparou o terreno para conflitos internos. Yanukovych, com uma postura pró-Rússia, frustrou as expectativas de integração com a Europa, reacendendo tensões regionais e criando condições para os eventos que resultaram no Euromaidan, na anexação da Crimeia e nas tensões separatistas em Donbass.

3.3 Crimeia

A Península da Crimeia, segundo Orlando Figes, é historicamente disputada, tendo sido ocupada por diversos povos desde a Antiguidade, incluindo turcos, unos, gregos e, mais recentemente, os russos. Esse território, pela sua localização estratégica, sempre foi cobiçado, pois está próximo aos Estreitos e tem fácil acesso ao Mar Negro e ao Oriente Médio, uma rota crucial para o comércio internacional. Além disso, a Rússia não possui, em seu vasto território, um porto livre das intempéries do inverno rigoroso, o que limita a navegação, impactando o fluxo de mercadorias.

Durante a era soviética, a relevância estratégica da Crimeia foi amplificada: a URSS controlava não apenas a região ucraniana e a Crimeia, mas também mais de 20 milhões de quilômetros quadrados. Nesse contexto, a península se desenvolveu militar e economicamente, com cidades como Sebastopol, tornando-se pontos fundamentais para a frota soviética em águas quentes. Segundo Thomas Latschan (2022, texto digital) em publicação no site Deutsche Welle:

Mesmo nos tempos soviéticos, a sede da Frota Russa do Mar Negro estava localizada ali, e Sebastopol é o único porto russo significativo que permanece livre de gelo durante todo o ano. Sob o ponto de vista militar, ele proporciona acesso ao Mar Negro, e sob o ponto de vista econômico, possibilita a entrada de bens importantes. Até 2014, esse acordo entre a Ucrânia e a Rússia não representava um grande problema. (Deutsche Welle, 2022)

Ainda, segundo Figes, em 1954, após o falecimento de Stalin, Moscou cedeu à Ucrânia o território da Crimeia, oficialmente justificando o ato pelos laços estreitos entre as partes e em comemoração aos 300 anos do Tratado de Pereyaslav. Contudo, já se compreendia que a Rússia não possuía meios financeiros para sustentar a região, que precisava de suporte básico – energia, água, combustível, e alimentos – para sua reconstrução após a guerra. Assim, a administração ucraniana seria mais ágil e eficiente.

Durante a dissolução da União Soviética, a Ucrânia conquistou sua independência, e a Crimeia tornou-se uma república autônoma dentro do Estado ucraniano. Conforme mencionado no capítulo anterior, cerca de 90% da população da Ucrânia votou em um referendo a favor da independência. Segundo O Globo (2022), em 1º de dezembro de 1991, “mais de 28,8 milhões de ucranianos, o que representou 92% dos eleitores, respondeu que "sim", eles queriam viver num país independente da URSS”. A matéria segue recordando que as regiões, hoje separatistas, também compareceram “até mesmo nas regiões de Donetsk e Luhansk, a população apoiou o movimento de independência. Em ambas as áreas, 83% dos votantes disseram “sim””.

3.4 Euromaidan e a Anexação da Crimeia

O Euromaidan ou Maidan foi um evento que desempenhou papel crucial para o contexto atual do leste europeu, mas especialmente em relação à crise de 2014 que levou a Rússia a anexar a Crimeia. Conforme a Revista de Antropologia da USP, iniciaram-se protestos políticos em novembro de 2013, na Praça da Independência em Kiev, após a decisão do então presidente em romper o acordo de associação com a União Europeia (UE), o que soou como um extremo retrocesso à sociedade ucraniana que buscou, desde sua instauração, aproximar-se da Europa.

Os protestos, que logo escalaram para outras questões como corrupção, perseguição e o abuso de poder, tiveram como resposta de Yanukovych o uso da violência para tentar reprimir a população, o que aumentou a tensão e a mobilização popular. Já, em fevereiro de 2014, após intensos confrontos, o presidente fugiu, buscando asilo na Rússia, após deposto, um novo governo pró-ocidente foi estabelecido. Para Moscou, um golpe aplicado e orquestrado pelo ocidente. A ocorrência é noticiada ao redor do mundo pelos principais canais de veiculação como o El País.

Esse episódio intensificou a polarização da política interna, e, nesse contexto, surgiram protestos pró-Rússia na Crimeia contra o novo governo, em apoio, foram enviadas tropas sem insígnias oficiais para iniciação da ocupação da península, em poucos dias, as bandeiras ucranianas foram removidas, além disso prédios governamentais e bases militares foram tomados. Kiev não possuía estrutura, naquele momento, para responder aos manifestos e, em março de 2014, um novo referendo foi realizado já sob controle militar, no qual estima-se que 97% da população tenha comparecido escolhendo secessão para a Rússia.

Segundo o site de notícias G1, devido ao contexto em que ocorreu, a comunidade internacional considera que não há garantias de integridade nos processos, tanto a anexação quanto o referendo são tidos como ilegais, portanto não são reconhecidos. A Assembleia Geral da ONU aprovou a Resolução 68/262, que reafirma a integridade territorial da Ucrânia, Crimeia e Sebastopol e declara que o referendo carece de validade, com ampla condenação por parte de países

ocidentais e organizações multilaterais. Esse não é o fim do conflito, que rapidamente escalonou a região do Donbass.

Para o construtivismo, as narrativas sobre o conflito revelam a importância da identidade e percepções que moldam as políticas externas dos países envolvidos. Para a Rússia, a queda de seu aliado, em 2014, é vista como um golpe pactuado pelo ocidente, o que força a identidade russa de resistência a influências externas e a expansão ocidental na Europa Oriental. Esse discurso, propagado pela mídia estatal russa e pelo governo, busca consolidar a imagem de uma Rússia que defende a soberania regional e protege a população de origem russa na Ucrânia. Essa narrativa também é usada internamente para justificar ações que, segundo o governo russo, buscam restaurar a ordem e proteger os interesses russos na região.

Em contrapartida, na visão ocidental, o Euromaidan é um marco e a queda de Yanukovich é a busca legítima pela autodeterminação da Ucrânia e aproximação com a União Europeia. Essa narrativa fortalece a identidade do país como Estado soberano, com direito de escolher os seus alinhamentos políticos e econômicos.

3.5 Conflito Atual

Em março de 2019, o jornal El País publicou uma matéria sobre a pesquisa eleitoral para presidente na Ucrânia, ela revelou que Volodymyr Zelenskiy era o favorito da população. Não por sua carreira na política ou representatividade como líder ativo da população, mas por ter conquistado o país através de seu programa de comédia no qual interpretava um professor do ensino médio que foi eleito presidente, o até então ator e comediante, aos 41 anos, atingiu o mais alto cargo do governo ucraniano.

Julia Kazdobina, diretora da Fundação Ucraniana de Estudos de Segurança afirma:

Os cidadãos estão cansados, depois da revolução de 2014 tinham grandes expectativas que não se cumpriram. Em parte porque algumas não eram realistas, mas também porque o Governo não está fazendo o que prometeu. Assim, muitos acabam seduzidos pelas promessas de mudança oferecidas por Zelenskiy, que está tratando de mostrar que não é igual aos outros (El País, 2019).

Nesse panorama de política interna, Zelenskiy assume como presidente, sem um programa claro de governo, mas declaradamente pró-europeu e com uma coalizão parlamentar contra ele. Uma de suas primeiras ações, conforme o G1 foi: “Zelenski, (...) que venceu a eleição presidencial em abril, dissolveu o atual Parlamento, hostil a ele, e convocou legislativas antecipadas”. Ainda, segundo o jornal, sua justificativa era fazer a limpeza da corrupção no país, dando oportunidade para jovens, “profissionais e tecnocratas”.

O Jornal Hromadske publicou o discurso de posse do presidente na íntegra em seu site, nele, Zeleskiy brevemente explica seus objetivos no cargo e para a Ucrânia. Em alguns trechos diz ao povo ucraniano “sim, escolhemos um caminho

para a Europa” e segue com “(...) é impossível perder algo que nos pertence por direito. Tanto a Crimeia quanto o Donbass são terras ucranianas”. Essa retomada pró-ocidente, tanto para inserção na União Europeia quanto para aproximação da OTAN, somada ao governo inexperiente, criou um cenário favorável para a escalada do conflito entre Rússia e Ucrânia iniciado em 2014. A CNN, em fevereiro de 2022, escreveu: “A Ucrânia não faz parte da OTAN, mas o país buscou se aproximar do bloco. Por outro lado, a Rússia encara esse movimento como uma ameaça à sua hegemonia³ no Leste Europeu”.

Nesse contexto, em 24 de fevereiro de 2022, diversos jornais internacionais replicaram o anúncio de Putin que oficializa a operação militar no território ucraniano, esse dia foi marcado por bombardeios em todo país, inclusive nos arredores da capital Kiev. A CNN, que também publicou sobre o ataque, trouxe um trecho da declaração gravada para a TV no qual Putin afirmou:

Era preciso pôr fim imediatamente a esse pesadelo: um genocídio voltado contra milhões de pessoas que lá vivem e cuja única esperança está na Rússia, pessoas que só têm esperança em nós, ou seja, em mim e em vocês. (CNN, 2022)

O jornal ainda complementa sobre essa declaração “(...) haver(ia) um “genocídio” em curso no leste ucraniano, promovido por tropas “neonazistas” do país contra russos étnicos e separatistas da região”. A narrativa criada para a população russa favoreceu a posição do presidente no ataque, mesmo após mais de dois anos do conflito, a população russa ainda apoia a ofensiva. Segundo o Jornal Hoje, “mais de 70% deles apoiam a guerra, segundo a última pesquisa do Instituto Levada, de Moscou, mas 20% são contra”. Essa publicação, de março de 2023, também conta com entrevistados russos, que, por sua vez, dizem apenas se preocupar com familiares ou amigos na Ucrânia, mas que suas vidas seguem normalmente na capital.

Em contrapartida, a mídia ocidental identificou a ofensiva como um ataque direto à soberania do Estado ucraniano. O que pode ser observado pelo discurso oferecido deste lado do globo, que criou enfoque principalmente em palavras chave como bombardeio, invasão, ataque e guerra. Além dos meios tradicionais de comunicação, houve, através da internet e das redes sociais como *Instagram* e *Tiktok*, uma onda de sensibilização a partir de vídeos que viralizaram, mostrando em tempo real, o que acontecia na região.

Essa abordagem criou um sentimento imperativo na sociedade ocidental em prol da Ucrânia, o que, desde então, mobilizou centenas de civis a voluntariar-se para o combate nos mais diversos setores além do campo de batalha como transporte, TI, médicos e enfermeiros, entre outros. O site *saveukraine.org* foi criado pela Legião Internacional de Defesa Territorial da Ucrânia para centralizar essas

³ Hegemonia, nesta aplicação, tem o mesmo sentido de dominação, a Rússia não prospecta perder a dominância do Leste Europeu.

informações. A CNN, em abril de 2022, publicou uma matéria na qual informou que essa organização já possuía mais voluntários do que o necessário, até mesmo candidatos russos e bielorrussos. O porta-voz do Ministério da Defesa afirmou ao jornal que parece “algo talvez cômico, mas temos pedidos daqueles países que tratamos como inimigos, pois temos voluntários da Rússia e da Bielorrússia”.

Atrelando as ideias de Wendt, de que as identidades e interesses dos Estados são construídos ao longo do tempo, sendo influenciados por discursos, interações e pela maneira como os Estados se percebem mutuamente e aplicando esse conceito ao contexto do conflito, pode-se afirmar que as ações militares russas e as respostas ucranianas (inclusive o apelo à resistência) não ocorrem em um vazio: elas refletem e reforçam identidades que foram sendo construídas ao longo de anos de antagonismo. Ou seja, as ações russas na Ucrânia e a defesa ucraniana reforçam identidades de longa data, em que a Rússia se vê como protetora de populações de origem russa e preservadora da ordem geopolítica, e, a Ucrânia, por sua vez, fortalece sua identidade como Estado soberano que busca valores democráticos e alinhamentos ocidentais. Cada ação e discurso ao longo do conflito ajudaram a cristalizar essas identidades, moldando tanto os interesses nacionais quanto as percepções da comunidade internacional, que, ao condenar a invasão, legitimam a soberania ucraniana e isolam a Rússia.

O uso das mídias e redes sociais desempenha um papel central ao influenciar a opinião pública global e ajuda a moldar as narrativas do conflito. Esse aspecto é especialmente relevante no Construtivismo, em que os discursos não apenas comunicam, mas também constroem a realidade social e política. A mídia ocidental, que vem cobrindo amplamente a resistência do país, alinhada com a posição ucraniana, contribui para construir uma imagem heroica como defensor dos valores democráticos. Já, a mídia estatal russa, que narra o conflito sob um prisma de defesa nacional e proteção de seus interesses, cria imagens opostas e amplia essas percepções para o público global, mobilizando as emoções e percepções das audiências, além de apresentar a operação como uma ação defensiva, com o objetivo de proteger a integridade russa contra uma suposta ameaça ocidental.

Também existe um terceiro elemento: o papel do *soft power* na busca por influência e controle sobre a percepção internacional da situação. Tanto os Estados Unidos quanto o Bloco Europeu têm empregado estratégias de influência midiática, cultural e diplomática para mobilizar apoio à Ucrânia e isolar a Rússia. Entre essas está o uso das sanções econômicas coordenadas, que reflete uma tentativa de reafirmar valores ocidentais e preservar a integridade territorial ucraniana sem o uso direto do *hard power* no conflito. Essas sanções – aplicadas com intensidade crescente desde 2014 e ampliadas massivamente em 2022 – funcionam como forma de pressão simbólica e econômica, impondo custos financeiros e diplomáticos à Rússia. Segundo a BBC, já foram impostas 16,5 mil sanções, dentre elas estão:

1. Exclusão do *Swift*
2. Proibição de voos que saem da Rússia

3. Fixação do preço do barril de petróleo russo em US\$60,00
4. Proibição de exportação de tecnologias para a Rússia
5. 70% dos ativos dos bancos russos foram congelados

Isso representa não apenas medidas de isolamento econômico, mas também um repúdio simbólico ao governo russo, além de reforçar a identidade do país como transgressor da ordem internacional. Por outro lado, para a Rússia, as sanções têm alimentado uma narrativa de resistência e fortalecido a ideia de autossuficiência e defesa contra uma ‘ameaça ocidental’. Em termos construtivistas, essa dinâmica molda as identidades coletivas em jogo e mobiliza o apoio da opinião pública internacional, solidificando alianças e influenciando o posicionamento global em relação ao conflito.

3.6 Considerações Finais

Este capítulo busca detalhar a trajetória do conflito entre a Rússia e a Ucrânia, considerando que as raízes estão além do ataque de 2022, remontando à anexação da Crimeia em 2014, além da história complexa de interesses, rivalidades e identidades nacionais em construção desde o fim da União Soviética. Embora tenha assumido uma dimensão militar direta em 2022, o conflito é resultado de décadas de tensões envolvendo questões territoriais, étnicas e profundas divergências identitárias e políticas.

A história da Rússia pós-soviética revela como crises econômicas, políticas e identitárias impulsionaram o surgimento de uma liderança focada em recuperar o prestígio e a influência do país, visto como essencial para garantir a soberania e a segurança russa. Putin tem essa ambição de restaurar uma Rússia forte, moldada pela percepção de ameaça do Ocidente, que se intensificou com a aproximação da Ucrânia às instituições ocidentais, como a União Europeia e a OTAN. Esse movimento, para a Rússia, não foi apenas uma escolha política da Ucrânia, mas um desafio direto à hegemonia e à segurança russa.

Narrativa igualmente complexa, a Ucrânia, desde sua independência em 1991, buscou construir uma identidade nacional distinta, orientada para o Ocidente, mesmo sob a influência de governos pró-Rússia e a oposição de grupos separatistas no leste do país. A transição de lideranças, como a troca de Yushchenko por Yanukovich, e os eventos marcantes do Euromaidan, mostra uma nação dividida entre suas aspirações de aproximação com o Ocidente e as realidades geopolíticas de coexistir pacificamente na região.

Sob a ótica do construtivismo, as identidades e as narrativas são elementos centrais que sustentam o conflito. Para a Rússia, o apoio aos separatistas em regiões como Donbass e a intervenção militar são justificados pela necessidade de proteger a população russa e combater o “expansionismo” ocidental, principalmente da OTAN. Para a Ucrânia, a resistência é vista como uma reafirmação de sua soberania e o direito de autodefinição, valores reforçados pelo apoio ocidental e pela narrativa de um futuro europeu.

O conflito atual, portanto, é mais do que uma disputa territorial: ele reflete uma luta por identidades e alinhamentos que se tornaram irreconciliáveis ao longo do tempo. A Guerra na Ucrânia revela não apenas o poder das narrativas nacionais e suas influências sobre as políticas externas, mas também expõe os desafios para a paz em um cenário de identidades em constante disputa.

Capítulo 4. O Brasil e a Guerra na Ucrânia

A Política Externa Brasileira oscila entre protagonismo global e retração, influenciada diretamente pela visão, projetos e prioridades de cada governo. Diante disso, este capítulo busca trazer o histórico recente da política externa praticada no país, para compreender o comportamento brasileiro perante o conflito ucraniano. A análise está subdividida em três seções, além das considerações finais.

4. 1 Diplomacia Presidencial

Segundo Preto (2006), a diplomacia presidencial nasce nos EUA com o presidente Roosevelt e, a partir deste momento é difundida no ocidente. A pesquisadora ainda afirma que, no Brasil, esse movimento iniciou com o presidente Fernando Henrique Cardoso. Em seu estudo, identifica que, a partir desse movimento, a política externa passa a ser uma política de governo e estabelece uma relação entre a conjuntura interna, diversos grupos de interesse, políticas públicas e opinião pública. Por isso, a “política externa passou a ser de interesse não só da corporação diplomática, mas da sociedade como um todo”.

No Brasil, além da diplomacia presidencial, o Itamaraty, como instituição, também tem papel central na política externa, principalmente no aspecto de continuidade. A autora, ainda utiliza a comparação de Almeida (2004), ao discorrer sobre a gestão de Cardoso e de Lula em relação aos instrumentos diplomáticos. FHC tinha o Itamaraty como principal foco e os conselheiros presidenciais também eram diplomatas, havia uma “diplomacia presidencial explícita”. No governo Lula, o Itamaraty é um dos focos, participa da formulação e execução da política externa com assessores presidenciais, assim, também se configura como uma diplomacia presidencial explícita.

Por fim, Preto (2006) lançou algumas hipóteses sobre diplomacia presidencial, sendo a primeira uma flexibilização do Itamaraty com uma diminuição do poder decisório dessa instituição, abrindo espaço para uma atuação arrojada na presidência da república. A segunda afirma que a diplomacia presidencial é uma necessidade a partir da globalização e do mundo subdividido em blocos, assim, tanto um quanto outro concordam com a adoção dessa estratégia como instrumento diplomático não representando perda de poder para nenhum dos lados.

O conceito da autora de que a diplomacia presidencial reflete uma dinâmica entre a conjuntura interna, sociedade civil, seus interesses e valores para moldar a política externa de um Estado, alinha-se diretamente à abordagem construtivista das Relações Internacionais. A política externa não é apenas uma ferramenta do Estado, mas uma extensão das preferências, identidades sociais e valores que emergem do contexto doméstico. Ou seja, a política externa é uma construção entre a sociedade e o Estado para a formulação de identidade própria que se adapta ao sistema internacional.

4. 2 Política Externa Governo Lula 3.0

Lula, em sua primeira fala após a vitória, ainda em 30 de outubro de 22, declarou seu compromisso em restabelecer a “credibilidade, a previsibilidade e a estabilidade do país”. Também enfatizou: “lutar novamente por uma nova governança global, com a inclusão de mais países no Conselho de Segurança da ONU, e com o fim do direito ao veto, que prejudica o equilíbrio entre as nações”. Esse discurso, publicado pelo G1 (2022), evidencia a mudança drástica que ocorreria a partir de Lula 3.0, trazendo o Brasil para o protagonismo global, cooperação internacional e engajamento de causas climáticas, ambientais e de direitos humanos, do qual historicamente é lembrado interna e externamente.

A quinta edição da Revista CEBRI de 2023, trouxe como capa o tema da reconstrução da Política Externa Brasileira, a partir do novo governo. Dentre os editoriais e artigos publicados, Maria Regina Soares de Lima, pesquisadora do CNPq e professora da PPG da IESP-UERJ, trouxe “A Dialética da PE de Lula 3.0”. Nesse artigo, Lima (2023) utiliza da metodologia da tríade (tese, antítese e síntese) para ponderar sobre como estruturar a PE Brasileira, analisando os governos passados e o cenário nacional e internacional atual para identificar como superar os desafios propostos.

Lima (2023) relembra que os governos Lula 1.0 e Lula 2.0 tiveram uma política externa ativa e alta, e que o novo governo indicava movimentos de retorno desse *status quo*. A participação da COP-27, no Egito, em novembro de 22, antes da posse, representou simbolicamente a reinserção do Brasil no mundo. Em dezembro do mesmo ano, Lula escolheu alguns de seus ministros, incluindo o do Ministério das Relações Exteriores, Mauro Vieira, também o ex-chanceler Celso Amorim como assessor internacional direto da presidência, figura central da “política ativa e alta”. Outro importante fator, foi a nomeação da embaixadora Maria Laura da Rocha como secretária geral do Itamaraty, cargo nunca antes ocupado por uma mulher e o segundo posto da hierarquia, novamente reiterando valores de diversidade e igualdade de gênero, dentre as pautas do governo.

Como mencionado anteriormente, o novo governo busca reaver o *status quo* de seus antigos mandatos, contudo a autora afirma: “a realidade é dinâmica, e as condições iniciais não se mantêm idênticas – estão em permanente mudança”, sendo esse um dos primeiros desafios a ser enfrentado pela atual gestão. O cenário externo atual conta com duas guerras ocorrendo simultaneamente, além da onda da extrema direita negacionista, isolacionista e retrógrada que provocou, desde a pandemia, um grande legado de descrédito das instituições internacionais.

Não diferentemente no Brasil, segundo a pesquisadora, a “política externa do governo Bolsonaro representou um ponto fora da curva nas políticas brasileiras desde, pelo menos, o pós-Segunda Guerra”. Contextualizando o ponto de vista da autora, durante a história brasileira, é possível identificar duas frentes com um mesmo objetivo: atingir os níveis europeus de desenvolvimento. A primeira coalizão neoliberal (direita e centro-direita) centrou-se nas reformas estruturais, privatizações,

abertura econômica, redução do papel do Estado, além da política de projeção internacional baseada na credibilidade. Já, a segunda coalizão, social-desenvolvimentista (esquerda e centro-esquerda) priorizou demandas de desenvolvimento industrial, políticas de inclusão social, regionalismo ativo, cooperação Sul-Sul, adotou, também, políticas econômicas coordenadas pelo Estado, além do protagonismo em temas geopolíticos globais e a participação em blocos econômicos como o BRICS, alternativa face ao monopólio estadunidense e europeu de governança global. Para Lima (2023 p. 84), a competição eleitoral dos últimos 30 anos mostrou projetos com ideologias⁴, doutrinas e estratégias internacionais diferentes, mas contínuas sobretudo em relação a alcançar os países desenvolvidos. Ponto fora da curva do último governo foi o abandono desse objetivo, em benefício a um projeto de poder deste e de seus apoiadores setoriais.

O Governo de Bolsonaro, ainda segundo a autora, foi marcado pelo desmonte de políticas públicas⁵ e pela incapacidade funcional e operacional em ministérios chave como, Relações Exteriores, Saúde, Educação, Meio Ambiente, passando a projetar políticas de acordo com projetos pessoais de Bolsonaro e aliados. Em específico, o MRE foi comandado por Ernesto Araújo, apontado pela autora como extrema-direita intérprete das ideias de Olavo de Carvalho. Em seu texto, a autora enfatiza a subordinação ao Trumpismo e complementa:

Essa expressão máxima da ideologia negacionista manifestou-se, em especial, nos campos da agenda climática e da saúde, na crítica ao globalismo e às instituições multilaterais, na constante proclamação do perigo comunista e chinês e na denúncia da influência chinesa na Organização Mundial da Saúde (OMS) (Cebri, 2023 p.85)

Lima (2023 p.85) complementa o argumento, lembrando situações nas quais Bolsonaro usou da retórica desconexa para desfocar a atenção de problemas e pressões impostas sobre ele. Ainda enfatiza que aquilo que parecia irracional passa a fazer sentido sob a óptica de que isso foi escolhido como estratégia para que pudesse, dependendo das circunstâncias, instrumentar seu projeto pessoal. Bolsonaro é caracterizado como a “antítese não só da política externa “altiva e ativa” dos governos do PT, como também da política de “credibilidade” dos dois mandatos de FHC”.

No capítulo síntese, a autora discorre sobre o “revogaço⁶” e a reestruturação do Brasil. O Gabinete de Transição foi composto por 32 grupos de trabalho com cerca de mil pessoas, sendo 70% delas voluntárias, que produziram o que a autora

⁴ O conceito de ideologia, presente neste trabalho, remete a diferentes ideias e diretrizes partidárias que guiam os projetos apresentados à sociedade.

⁵ Incluindo a Política Externa.

⁶ Léxico utilizado para descrever uma grande quantidade de revogações, a CNN descreveu como: “são regras editadas ao longo dos últimos quatro anos que, a partir de 2023, podem ser anuladas ou substituídas com uma canetada do presidente eleito”.

chamou de “radiografia da situação do país”. Além de analisar atos normativos, programas governamentais, os GT’s foram responsáveis por propor as correções e projetar novas medidas baseadas no programa Lula 3.0, esse espaço possibilitou também indicar soluções e avaliações dos governos Lula 1.0 e Lula 2.0.

No campo da política externa, Mauro Vieira, em seu discurso de posse, fez alguns apontamentos que corroboram com o que é trazido pela autora. Vieira inicia a fala agradecendo e defendendo que seu objetivo será “executar a política externa que reconduzirá o Brasil ao grande palco das relações internacionais”. Logo após, menciona a PE aplicada em Lula 1.0 e Lula 2.0 “ativa e ativa e a intensa diplomacia presidencial (...) que elevou o Brasil a um patamar inédito (...) de atuação internacional” e complementa introduzindo o seu comprometimento com o país em elevá-lo novamente. Comprometeu-se com diversas frentes, além de reinserir o país no cenário internacional, como recompor relações bilaterais com a América Latina e Caribenha, também de tornar-se “modelo de transição energética e economia de baixo carbono”, fortalecer a OTCA, retornar ao Pacto Global de Migrações da ONU, e no Conselho de Segurança e Assembleia Geral, como também discutir sobre a prevenção e solução negociada de conflitos para a cooperação humanitária e a paz, também reforçou o Brasil como potência agroambiental que é chave para a segurança alimentar mundial entre outros aspectos que estão de acordo com o projeto de Lula 3.0.

Ainda, para Lima (2023 p. 87), a diplomacia terá diversos desafios a encarar e diversas pautas a recuperar, segundo seu ponto de vista:

A reconstrução não implica voltar ao que era antes, mas projetá-las em um novo contexto global, regional e doméstico de um governo comprometido com a mudança e a restauração da política externa brasileira. (Revista Cebri 5ª edição, p.87)

Além disso, a professora relembra que o contexto é, no mínimo, adverso em comparação com os outros mandatos, a pandemia, a guerra na Ucrânia e a guerra em Israel causaram aumento de preços da energia e da inflação em um cenário que ainda sofre intempéries da crise de 2008. No campo geopolítico, a autora defende o posicionamento de neutralidade perante os conflitos, condenando a invasão e as potências ocidentais que buscam o aniquilamento militar russo prolongando o conflito, segundo ela, “manter a posição de neutralidade é necessário para garantir algum papel ao Brasil em uma eventual negociação de paz”.

Juntamente à autora, João Mendes Pereira, embaixador brasileiro na Bélgica e Luxemburgo, também concorda com o posicionamento equidistante do Brasil no conflito. No colóquio proporcionado pela Embaixada Brasileira, na disciplina de Vivência Internacional da Universidade do Vale do Taquari, em 2024, Mendes enfatiza que para o Brasil a OTAN “não é negócio”, ou seja, não faz parte do escopo da política externa brasileira entrar no Tratado do Atlântico Norte, tão pouco criar inimizades com a Rússia da qual depende na importação de fertilizantes e outros materiais agropecuários.

4. 3 Política Externa Brasileira na Guerra na Ucrânia

Conforme apresentado anteriormente, a PEB no Governo Lula 3.0 está pautada na reinserção do país como membro ativo nas relações internacionais, para isso, utiliza da diplomacia presidencial juntamente com o aparato técnico do Itamaraty com figuras como Celso Amorim e Mauro Vieira. Além disso, em seu discurso de vitória publicado pelo G1, o atual presidente reitera “estamos prontos para nos engajar outra vez no combate à fome e à desigualdade no mundo, e nos esforços para a promoção da paz entre os povos”.

Em abril de 23, a jornalista Mariana Schreiber publicou pela BBC a matéria: “Os erros e acertos da estratégia de Lula na guerra da Ucrânia”, nela, analistas de política externa e diplomatas analisaram algumas declarações do presidente, em conclusão, os entrevistados acreditam que as colocações estão em acordo com a “tradição brasileira de valorizar o multilateralismo” e “manter a neutralidade e tentar contribuir para a paz no conflito é correta”. Em contraponto, criticaram a fala de Lula na China⁷ que condenou ambos países pela guerra:

É preciso que os Estados Unidos parem de incentivar a guerra e comecem a falar em paz. É preciso que a União Europeia comece a falar em paz para que a gente possa convencer o Putin e o Zelensky de que a paz interessa a todo mundo e a guerra só está interessando, por enquanto, aos dois. (BBC, Lula 2023)

Os analistas concluíram que essa fala poderia ter sido melhor colocada em um momento certo, pois repercutiu na mídia de forma negativa para o país e causou retaliação de todos. Schreiber afirma ter observado uma alteração no posicionamento de Lula após esse episódio, atentando-se à neutralidade e focando na defesa de uma solução pacífica. A jornalista acrescenta a fala de Hussein Kalout⁸ que concorda com Lula dizendo: “o Brasil não é um país que admite subordinação objetiva de interesses. Nem o Itamaraty admite isso, e nem o governo atual admite isso⁹”.

Ainda, na matéria, a BBC lembra que, até seu ato de publicação, já haviam sido apresentadas duas resoluções das Nações Unidas contra a ação russa que o Brasil apoiou. O que, segundo os especialistas, é coerente à posição defendida, que tradicionalmente segue princípios da Carta da ONU, assinada em 1945 pelo país. Ainda, sob esse viés, a CNN, por Léo Lopes, publicou uma matéria citando a fala de Lula contra as sanções aplicadas à Rússia, “sanções unilaterais causam grandes prejuízos à população dos países afetados, pois, além de não alcançarem seus alegados objetivos, dificultam os processos de mediação, prevenção e resolução pacífica de conflitos” e acrescentou à fala o desejo do Brasil em mediar a paz

⁷ Terceira visita presidencial após a posse, sendo Argentina e EUA os outros dois países visitados.

⁸ O cientista político Hussein Kalout, pesquisador em Harvard e conselheiro do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri)

⁹ Não vê falas recentes de Lula “como um alinhamento automático à China e à Rússia”

através do diálogo. As sanções, conforme a BBC, seriam interpretadas pelo Itamaraty como legais apenas mediante aprovação do Conselho de Segurança da ONU.

Para Rubens Barbosa, também ouvido pela BBC, o Brasil precisa permanecer equidistante, pois depende de fertilizantes vindos da Rússia, ao passo que mantém relações estreitas com os EUA, além do interesse no mercado asiático e principalmente manter relações comerciais com a China. O ex-embaixador acredita que, apesar de em alguns momentos as falas terem sido mais duras, as relações não foram abaladas devido ao histórico de boa vizinhança.

Em setembro de 23, Mariana Sanches, enviada da BBC, publicou uma matéria realizando a cobertura do encontro de Zelensky com Lula ocorrido em Nova Iorque. Segundo a jornalista, o encontro serviu para alinhar as expectativas. Kuleba, chanceler ucraniano, disse apreciar os esforços do Brasil para a paz. A reunião também serviu para discutir a necessidade de reformas nas instituições, e ambos países acreditam ser necessária a atualização das instituições proporcionando equilíbrio entre as nações.

A cúpula do BRICS, ocorrida um mês antes, conforme o site oficial do governo brasileiro, foi palco para o discurso que defendeu novamente a solução pacífica do conflito no leste europeu, também reiterou a importância da atuação dos demais países nessa articulação e como a guerra atinge indiretamente as demais regiões. Ainda, abordou falhas das organizações, que não conseguiram impedir invasões nas últimas décadas, não só na Ucrânia. Lula também lembrou o sofrimento de sírios, líbios, sudaneses e palestinos. Por fim, reafirmou que o Brasil voltou a ser protagonista nas relações internacionais e disponibilizou-se em ser líder para novos caminhos, através de pautas climáticas, ambientais e econômicas.

No primeiro semestre de 2024, Brasil e China apresentaram uma proposta conjunta para resolução do conflito. Segundo o site do Planalto, “as duas partes tiveram uma troca de opiniões aprofundada sobre a defesa de uma solução política para a crise na Ucrânia e da desescalada da situação”. Ainda, segundo o Planalto, o primeiro destaque foi o desaceleramento do conflito em observância a três pilares: “não expansão do campo de batalha, não escalada dos combates e não inflamação da situação por qualquer parte”.

Ainda, nesse período, houve a solidarização do governo russo devido à catástrofe ambiental no Rio Grande do Sul, ocasião na qual o presidente também reiterou a “necessidade de uma ampla reforma do sistema de governança global (...) que reflita os novos arranjos geopolíticos mundiais e reforcem o papel das Nações Unidas como espaço de concertação para a prevenção de conflitos”. Além de reforçar a defesa das negociações pela paz no conflito russo-ucraniano, alinhada ao documento proposto por Celso Amorim e Wang Yi.

Já, no segundo semestre de 2024, durante a Cúpula dos BRICS, a CNN publicou a matéria: “Análise: Proposta de China e Brasil para paz na Ucrânia ganha força”, nela Martins, analista internacional do jornal, diz que Putin dá sinais de aceite

para essa solução do conflito, mas por perceber que os termos são benéficos aos russos; em contrapartida, os ucranianos apresentaram resistência à proposta sino-brasileira, pois teriam de abrir mão de 20% do território. O analista entende que a China, reiterando a pauta em um fórum como este, proporciona engajamento e relevância da proposta o que incentiva países a aderirem a ela.

Em contraponto, durante a Assembleia Geral da ONU, em setembro de 24, o presidente ucraniano criticou os dois países pela proposta de paz apresentada, questionando inclusive qual o real interesse. Zelensky também disse: “Todos devem entender: vocês não aumentarão seu poder às custas da Ucrânia”. Segundo a CNN, após o episódio, a parceria sino-brasileira retomou as reuniões de discussão exclusivamente com países do Sul Global para rever os pontos necessários na tentativa de reapresentá-la no futuro.

Também, pela CNN, Mariana Janjácó e Tiago Tortella publicaram a matéria “Após crítica de Zelensky, Lula reforça que não há “solução militar” para guerra na Ucrânia”, nela, os jornalistas apontam as respostas de Lula às críticas de Zelensky como: “é preciso que haja solução diplomática e por isso o Brasil tem insistido na paz” e “a guerra já está durando quase três anos e me parece que não tem nada previsto para que haja uma negociação”. Ainda, conforme o jornal, mais recentemente, durante o G20, o presidente ucraniano criticou o Brasil pela posição de Lula, que evitou condenar a Rússia pela guerra, e afirmou que “o comunicado do G20 se mostrou fraco em uma situação difícil e que se tornou pública”. A jornalista Magnotta procurou o embaixador brasileiro na Ucrânia, Rafael Vidal, para pronunciar-se e, segundo ele “a posição do G20 não é a posição do Brasil”, declarou ainda: “ao lado da China, o Brasil visa construir pontes para a negociação entre os dois lados, como um facilitador do diálogo. Nosso país está interessado na paz”.

4.4 Considerações Finais

Neste capítulo, buscou-se apresentar evidências da complexidade da Política Externa Brasileira (PEB), sua evolução mais recente, além de destacar os diferentes projetos de inserção global moldados pelas lideranças presidenciais e o contexto interno e externo. A diplomacia presidencial no país, como instrumento de projeção no cenário internacional, reflete os interesses e valores da sociedade brasileira que traduzem as estratégias de atuação. Essa abordagem é coerente com o referencial construtivista, ao reconhecer a PE como uma construção social integradora.

No governo Lula 3.0, observa-se a retomada do protagonismo global baseado na cooperação multilateral, na sustentabilidade e nos direitos humanos. Marcado por iniciativas de reinserção do país em organismos internacionais e defesa de soluções diplomáticas para conflitos, esforços que buscam superar o legado de isolamento e descrédito anteriores, promovendo a reconstrução da política externa alinhada aos desafios contemporâneos como crise climática, impacto da pandemia e as guerras da Ucrânia e Israel.

A postura do Brasil frente a guerra russo-ucraniana, caracterizada pela neutralidade estratégica e de esforços de mediação pela paz, evidencia um compromisso com o multilateralismo e a diplomacia. Ainda que criticada em alguns momentos, tal posição reforça a tradição diplomática brasileira de evitar alinhamentos automáticos e priorizar o diálogo.

Ainda assim, os desafios são significativos, o cenário internacional está marcado por múltiplas crises e pela polarização geopolítica, exigindo da PEB flexibilidade, coerência e pragmatismo, para fortalecer a liderança do Brasil no Sul Global. Nesse aspecto, a diplomacia presidencial aliada ao Itamaraty surge como elemento essencial para consolidação da política externa que projete o Brasil como ator relevante e confiável novamente.

Por fim, o capítulo reforça que a PEB não é apenas uma ferramenta do governo, mas um reflexo da identidade nacional e dos interesses que compõem a sociedade brasileira, sendo crucial compreender essa dinâmica para avaliar o impacto no cenário internacional e a contribuição para os objetivos estratégicos do país.

Capítulo 5. Conclusão

Ao longo desse trabalho, buscou-se analisar a política externa brasileira perante a Guerra na Ucrânia (2022 a 2024), adotando uma abordagem construtivista das Relações Internacionais fundamentada nos conceitos de Alexander Wendt, com a contribuição de João Pontes Nogueira e Nizar Messari. Além das autoras Fernanda Gonçalves e Letícia Pinheiro com a conceituação de Política Externa.

No capítulo dois, a partir da literatura de Alexander Wendt, ficou evidente que eventos internacionais são moldados pela construção social, identidades e interações entre Estados, o que foi essencial para compreender o dinamismo do conflito russo-ucraniano. As contribuições de Gonçalves e Pinheiro (2020) sobre a Política Externa ressaltam como as decisões dos atores estão conectadas aos seus contextos domésticos, enquanto a abordagem multicausal da APE destacou a complexidade das escolhas no cenário internacional.

As referências metodológicas foram embasadas em Beatriz Chemin com contribuições de autores como Helen Casarin e Samuel Casarin. A pesquisa qualitativa exploratória permitiu um exame profundo das dinâmicas de política externa sem as restrições de modelos estatísticos, enquanto a análise bibliográfica e documental proporcionou uma perspectiva abrangente e fundamentada para explorar um tema recente e de ampla repercussão global.

Partindo da problematização sobre qual é a política externa brasileira diante do conflito russo-ucraniano e quais os motivos que fundamentam tal postura, foram explorados os principais eventos históricos, interesses estratégicos e contextos geopolíticos que influenciaram a atuação do Brasil nesse período. Quanto ao objetivo geral, buscou-se compreender a abordagem da PEB frente ao conflito, destacando o papel do país enquanto ator internacional comprometido com a busca por soluções pacíficas e diplomáticas. E, por meio dos objetivos específicos, foi possível contextualizar historicamente os países e os desdobramentos do conflito na Ucrânia, analisar a postura do Brasil em relação à guerra e investigar as prioridades e desafios do governo Lula 3.0 no cenário internacional atual.

No capítulo três desta pesquisa, explorou-se a trajetória do conflito entre os países, destacando as raízes além do ataque de 2022, remontando à anexação da Crimeia em 2014 e as tensões históricas desde o colapso da URSS. O conflito atual reflete as disputas territoriais, étnicas e identitárias que perduram há décadas, agora, intensificadas pelo desejo russo de restabelecer sua influência na Eurásia e a busca ucraniana da sua soberania. A Rússia, sob a liderança de Putin, vê a aproximação da Ucrânia com a UE e a OTAN como uma ameaça direta à sua segurança e soberania, enquanto a Ucrânia luta para consolidar uma identidade nacional orientada para o Ocidente, mesmo diante de divisões internas e desafios geopolíticos.

Da perspectiva construtivista, o conflito é sustentado pelas narrativas de identidade que moldam as ações de ambos os lados. A Rússia justifica sua intervenção militar como proteção de populações russas e resistência ao que

considera expansionismo ocidental, enquanto a Ucrânia enxerga sua luta como uma reafirmação de soberania e autodefinição nacional. Mais do que um conflito armado, disputa territorial, a guerra simboliza um confronto de narrativas ao ponto de se tornar irreconciliáveis, evidenciando os desafios de se estabelecer a paz em um cenário de interesses e identidades em constante conflito.

Por fim, no capítulo quatro, destacou-se a complexidade da PEB, sua evolução recente e os projetos de inserção global do Brasil. Sob o referencial construtivista, a PEB é apresentada como uma construção social integradora, que reflete os valores e interesses da sociedade brasileira traduzidos em estratégias diplomáticas. No atual governo, há um esforço evidente de reinserção global, com foco na cooperação, sustentabilidade e defesa dos direitos humanos, além de buscar superar o legado isolacionista e de descrédito do governo anterior.

A postura do Brasil frente a guerra na Ucrânia é caracterizada pela neutralidade estratégica e pelos esforços de mediação pela paz, reforçando o compromisso com o multilateralismo e a tradição diplomática do país que evita alinhamentos automáticos. Apesar das críticas, essa abordagem busca projetar o Brasil como um ator relevante e líder no Sul Global, em um cenário internacional marcado por crises diversas e polarizações exacerbadas. Assim, a diplomacia presidencial, com a articulação do Itamaraty, desempenha papel central na consolidação de uma política externa coerente e eficaz perante os desafios contemporâneos e os objetivos estratégicos nacionais.

Capítulo 6. Referências

- BBC. Brasil e Ucrânia tentam 'quebrar o gelo' em reunião de Lula com Zelensky após série de desencontros. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cxxd8ld4yn8o>. Acesso em: 13 abr. 2024.
- BBC. Os erros e acertos da estratégia de Lula na Guerra da Ucrânia. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cpvq3y2v3g0o>. Acesso em: 13 abr. 2024.
- BBC. A maioria muçulmana da Chechênia. BBC News, 15 dez. 2000. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/esp_chech15.12.htm#:~:text=A%20maioria%20mu%C3%A7ulmana%20da%20Chech%C3%AAnia,R%C3%BAssia%20ignorou%20os%20separatistas%20chechenos. Acesso em: 03 jul. 2024.
- BBC. Conheça a Ucrânia, um país que sobrevive sob a sombra da Rússia. BBC News, 24 fev. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-60525870>. Acesso em: 04 jul. 2024.
- BBC. O homem que ajudou Putin a chegar ao poder na Rússia há 20 anos. BBC News, 19 dez. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50929934>. Acesso em: 03 jun. 2024.
- BBC. Guerra na Ucrânia: os desafios e possibilidades de mediação para o Brasil e outros países. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c728lp7ew1po>. Acesso em: 14 nov. 2024.
- BBC. Entenda o que é, como funciona e quais as críticas ao BRICS. 8 jul. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cjk6dkke58zo>. Acesso em: 02 nov. 2024.
- BBC. Rússia lança nova ofensiva na Ucrânia em meio a tensões. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-60503097>. Acesso em: 23 out. 2024.
- BRASIL. Presidência da República. Em discurso no BRICS, Lula defende solução para guerra na Ucrânia e cobra modernização de instituições multilaterais. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/08/em-discurso-no-brics-lula-defende-solucao-para-guerra-na-ucrania-e-cobra-modernizacao-de-instituicoes-multilaterais>. Acesso em: 14 nov. 2024.
- BRASIL. Presidência da República. Brasil e China apresentam proposta conjunta para negociações de paz com participação de Rússia e Ucrânia. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2024/05/brasil-e-china-apresentam-proposta-conjunta-para-negociacoes-de-paz-com-participacao-de-russia-e-ucrania>. Acesso em: 1 dez. 2024.
- BRASIL. Presidência da República. Presidente Lula recebe ligação do presidente da Rússia. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2024/06/presidente-lula-recebe-ligacao-do-presidente-da-russia>. Acesso em: 1 dez. 2024.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Discurso do embaixador Mauro Vieira por ocasião da posse no cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores. Brasília, 2 jan. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/discursos-mre/mauro-vieira/discurso-do-embaixador-mauro-vieira-por-ocasio-da-posse-no-cargo-de-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores-brasilia-2-de-janeiro-de-2023>. Acesso em: 14 nov. 2024.

BRITANNICA, Encyclopaedia. UKRAINE crisis. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/Ukraine-crisis#ref323581>. Acesso em: 08 set. 2024.

BRITANNICA. The Orange Revolution and the Yushchenko presidency. Disponível em:

<https://www.britannica.com/place/Ukraine/The-Orange-Revolution-and-the-Yushchenko-presidency>. Acesso em: 24 set. 2024.

BRITANNICA. Independent Ukraine. Encyclopedia Britannica. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/history-of-Ukraine/Independent-Ukraine>. Acesso em: 04 jul. 2024.

CASARIN, Helen de Castro Silva; CASARIN, Samuel José. Pesquisa científica: da teoria à prática. Curitiba: Intersaberes, 2012. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 09 jun. 2024.

CASTRO, Thales. Teoria das relações internacionais / Thales Castro. – Brasília: FUNAG, 2012.

CEBRI. A guerra na Ucrânia: uma análise geopolítica. Disponível em: <https://cebri.org/revista/br/artigo/46/a-guerra-na-ucrania-uma-analise-geopolitica>. Acesso em: 24 set. 2024.

CNN Brasil. Sem citar Rússia, Lula critica sanções e diz que guerra na Ucrânia escancara incapacidade da ONU. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/sem-citar-russia-lula-critica-sancoes-e-diz-que-guerra-na-ucrania-escancara-incapacidade-da-onu/>. Acesso em: 13 de abril de 2024.

CNN. Análise: Proposta de China e Brasil para paz na Ucrânia ganha força. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/analise-proposta-de-china-e-brasil-para-paz-na-ucrania-ganha-forca/>. Acesso em: 1 dez. 2024.

CNN. Na ONU, Zelensky critica proposta de Brasil e China para guerra na Ucrânia. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/na-onu-zelensky-critica-proposta-de-brasil-e-china-para-guerra-na-ucrania/>. Acesso em: 1 dez. 2024.

CNN. Após crítica de Zelensky, Lula reforça que não há solução militar para guerra na Ucrânia. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/apos-critica-de-zelensky-lula-reforca-que-nao-ha-solucao-militar-para-guerra-na-ucrania/>. Acesso em: 1 dez. 2024.

CNN. Ao vivo: Rússia ataca a Ucrânia. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/ao-vivo-russia-ataca-a-ucrania/>. Acesso em: 17 out. 2024.

CNN. Entenda o que é a OTAN e o seu papel na crise entre Rússia e Ucrânia. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/entenda-o-que-e-a-otan-e-o-seu-papel-na-crise-entre-russia-e-ucrania/>. Acesso em: 17 out. 2024.

CNN. Ucrânia já tem mais combatentes estrangeiros voluntários do que precisa. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/ucrania-ja-tem-mais-combatentes-estrangeiros-voluntarios-do-que-precisa/>. Acesso em: 26 out. 2024.

CNN. Revogação de medidas adotadas por Bolsonaro esbarra no Congresso. 12 nov. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/revogaco-de-medidas-adotadas-por-bolsonaro-esbarra-no-congresso/>. Acesso em: 13 nov. 2024.

CHEMIN, Beatriz Francisca. Manual da Univates para trabalhos acadêmicos : planejamento, elaboração e apresentação [recurso eletrônico] / 5. ed. – Lajeado, RS : Editora Univates, 2023.

DANTAS, Monica V. A questão do território na globalização. Revista USP, São Paulo, n. 40, p. 4-13, dez./fev. 1998. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13781>. Acesso em: 13 nov. 2024.

DW. A cartada de Putin para afastar a Ucrânia ainda mais da OTAN. 2022. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/a-cartada-de-putin-para-afastar-a-ucr%C3%A2nia-ainda-mais-da-otan/a-60735149>. Acesso em: 04 set. 2024.

DW. A importância da Crimeia para a Ucrânia e a Rússia. 14 jun. 2022. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/a-import%C3%A2ncia-da-crimea-para-a-ucr%C3%A2nia-e-a-r%C3%BAssia/a-62247352>. Acesso em: 30 out. 2024.

EL PAÍS. Ucrânia, o cenário da Revolução Laranja. 2014. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/02/22/actualidad/1393048090_269901.html. Acesso em: 24 set. 2024.

Estadão. As idas e vindas de Lula sobre a guerra na Ucrânia. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/internacional/as-idas-e-vindas-de-lula-sobre-a-guerra-na-ucrania/>. Acesso em: 13 abr. 2024.

FERNANDEZ, M., & Abílio, J. (2023). Potencialidades e desafios do novo governo Lula à democratização da política externa brasileira. CEBRI-Revista: Brazilian Journal of International Affairs, (5), 96–126. Disponível em: <https://cebri-revista.emnuvens.com.br/revista/article/view/105>. Acesso em 13 abr. 2024.

FIGUEIREDO, Filipe. A anexação da Crimeia e a disputa entre Rússia e Ucrânia | Nerdologia Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Kq_bjeeDtxg Acesso em: 04 set. 2024.

FSI. Zelenskyy's first year: new beginning or false dawn? 2022. Disponível em: <https://fsi.stanford.edu/news/zelenskyy%E2%80%99s-first-year-new-beginning-or-false-dawn>. Acesso em: 17 out. 2024.

GAZETA do Povo. Lula evita visita de chanceler da Ucrânia por 6 meses, mas recebe ministro russo pela segunda vez. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/lula-evita-visita-de-chanceler-da-ucrania-por-6-meses-mas-recebe-ministro-russo-pela-segunda-vez/>. Acesso em: 13 abr. 2024.

GONÇALVES, Fernanda Nanci; PINHEIRO, Leticia. Análise de política externa: o que estudar e por quê?. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2020. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 31 ago. 2024.

G1. Entenda a crise na Crimeia. 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/03/entenda-crise-na-crimea.html>. Acesso em: 08 set. 2024.

G1. Leia e veja a íntegra dos discursos de Lula após vitória nas eleições. G1, 31 out. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/10/31/leia-e-veja-a-integra-dos-discursos-de-lula-apos-vitoria-nas-eleicoes.ghtml>. Acesso em: 09 nov. 2024.

G1. Guerra na Ucrânia: russos falam ao Jornal Hoje o que pensam sobre conflito que vai completar um ano. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2023/02/23/guerra-na-ucrania-russos-falam-a-o-jornal-hoje-o-que-pensam-sobre-conflito-que-vai-completar-um-ano.ghtml>. Acesso em: 23 out. 2024.

HIRST, M., & Maciel, T. (2022). BRAZIL'S FOREIGN POLICY IN THE TIME OF THE BOLSONARO GOVERNMENT. In SciELO Preprints. <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.4771>

HROMADSKE. Full text of Volodymyr Zelenskyy's first speech as president of Ukraine. 2019. Disponível em: <https://hromadske.ua/en/posts/full-text-of-volodymyr-zelenskyys-first-speech-as-president-of-ukraine>. Acesso em: 17 out. 2024.

HROMADSKE. President Volodymyr Zelenskyy announces dissolution of Ukraine's parliament. 2019. Disponível em: https://hromadske.ua/en/posts/president-volodymyr-zelenskyy-announces-dissolution-of-ukraines-parliament?_gl=1*xfc0p1*_gcl_au*ODEwMjE0NjE3MjkyMDU4MzA.*_ga*MTU4MjQ5NTg3MC4xNzI5MjA1ODIz*_ga_QRxBZKG0YN*MTcyOTIwNTgxOS4xLjEuMTcyOTIwNjg2Mi42MC4wLjA. Acesso em: 17 out. 2024.

LIMA, Joilson Silva. A Ucrânia, a Crimeia e a Rússia: aspectos geopolíticos e estratégicos. 2014. Disponível em:

<https://repositorio.esg.br/bitstream/123456789/819/1/JOILSON%20SILVA%20LIMA.pdf>. Acesso em: 08 set. 2024.

LIMA, Maria Regina Soares de. 2023. “A dialética da política externa de Lula 3.0”. CEBRIRevista Ano 2, Número 5 (Jan-Mar): 79-95. Acesso em: 09 de nov. 2024.

NOGUEIRA, João Pontes. Teoria das Relações Internacionais : Correntes e debates / João Pontes Nogueira, Nizar Messari. - Rio de Janeiro : Elsevier, 2005.

O GLOBO. Lula reitera a chanceler russo disposição do Brasil de colaborar para um acordo de paz na Ucrânia. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2024/02/22/lula-reitera-a-chanceler-russo-disposicao-do-brasil-de-colaborar-para-um-acordo-de-paz-na-ucrania.ghtml>. Acesso em: 13 abr. 2024.

O GLOBO. Ucrânia: o referendo que consolidou independência apoiada por 92% da população. Blog do Acervo. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/blog-do-acervo/post/ucrania-o-referendo-que-consolidou-independencia-apoiada-por-92-da-populacao.html>. Acesso em: 25 set. 2024.

O GLOBO. Blog do Acervo. Ucrânia: o referendo que consolidou independência apoiada por 92% da população, 14 jun. 2018. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/blog-do-acervo/post/ucrania-o-referendo-que-consolidou-independencia-apoiada-por-92-da-populacao.html>. Acesso em: 30 out. 2024.

PETREL. Ucrânia, Rússia e Estados Unidos: um novo ato na longa valsa da Guerra Fria. Disponível em: <http://petrel.unb.br/destaques/151-ucrania-russia-e-estados-unidos-um-novo-ato-na-longa-valsa-da-guerra-fria>. Acesso em: 24 set. 2024.

POMERANZ, Lenina. A queda do Muro de Berlim: Reflexões vinte anos depois . Revista USP, São Paulo, Brasil, n. 84, p. 14–23, 2010. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i84p14-23. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13781>. Acesso em: 13 nov. 2024

Save Ukraine. Disponível em: <https://saveukraine.org/pt/>. Acesso em: 26 out. 2024.

SILVA, Marcos. Folha de S.Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/livrariadafolha/ult10082u673268.shtml>. Acesso em: 03 de julho de 2024.

UNITED NATIONS. Resolution adopted by the General Assembly on 27 March 2014. 2014. Disponível em: <https://documents.un.org/doc/undoc/gen/n13/455/20/pdf/n1345520.pdf>. Acesso em: 30 out. 2024.

UOL Educação. Boris Nikolaievich Yeltsin. UOL, s.d. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/biografias/boris-nikolaievich-yeltsin.htm>. Acesso em: 03 jun. 2024.

USP. A Revolução Laranja na Ucrânia. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/178853/171596>. Acesso em: 24 set. 2024.

VISÃO. Toda a história do Dia da Independência da Ucrânia, que se celebra hoje. Visão, 24 ago. 2022. Disponível em:

<https://visao.pt/atualidade/mundo/guerra-na-ucrania/2022-08-24-toda-a-historia-do-dia-da-independencia-da-ucrania-que-se-celebra-hoje/#:~:text=A%2024%20de%20agosto%20de%201991%2C%20o%20Soviete%20Supremo%20da,Declara%C3%A7%C3%A3o%20de%20Independ%C3%Aancia%20da%20Ucr%C3%A2nia>. Acesso em: 04 jul. 2024.

WENDT, Alexander. *Social Theory of International Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.